

**PONTO A PONTO****• GOVERNABILIDADE**

48% dos brasileiros aprovam o governo do presidente Lula (PT), enquanto 47% desaprovam a gestão, configurando um cenário de equilíbrio dentro da margem de erro. Em relação à avaliação do governo, 36% classificam a administração como positiva, 36% como negativa e 26% como regular, enquanto 2% não souberam responder, segundo pesquisa Quaest.

• ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Lula 3 acumulou ao menos 23 derrotas no Congresso Nacional. Vetos derrubados, projetos travados, derrotas em votações e reveses políticos marcam a relação entre o governo Lula 3 e o Congresso. A maior derrota do presidente foi a rejeição de Jorge Messias ao STF.

• CONGRESSO NACIONAL

61,4% dos brasileiros desaprovam a atuação do Congresso Nacional, enquanto 26,2% aprovam a instituição e 12,4% não souberam ou preferiram não responder. A diferença entre a desaprovação e a aprovação é de 35,2 pontos percentuais, evidenciando uma predominância da avaliação negativa, segundo levantamento da Futura/Apex.

• STF

52,3% dos brasileiros desaprovam a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), enquanto 35,9% aprovam a Corte e 11,8% não souberam ou preferiram não responder. O resultado representa uma diferença de 16,4 pontos percentuais entre a desaprovação e a aprovação, indicando que a avaliação negativa é predominante entre os entrevistados, segundo levantamento da Futura/Apex.

• ECONOMIA

A projeção do mercado financeiro para a inflação oficial (IPCA) em 2026 foi reduzida de 5,30% para 5,16%, representando a primeira revisão para baixo após semanas de estabilidade. Apesar da melhora nas expectativas, a estimativa permanece acima do teto da meta de inflação, fixado em 4,5%, segundo Boletim Focus divulgado pelo Banco Central.

Pesquisa Quaest aponta liderança de Lula e desafios para Flávio



O presidente Lula, à esquerda, e o senador Flávio Bolsonaro, à direita (Foto: Reprodução)

Anova pesquisa Genial/Quaest indica avanço Lula (PT) na disputa presidencial de 2026. No primeiro turno, o presidente aparece com 40% das intenções de voto, contra 28% de Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Em um eventual segundo turno, Lula venceria o senador por 48% a 40%, ampliando a vantagem em relação ao levantamento anterior. Ronaldo Caiado soma 4%, Renan Santos tem 3% e Romeu Zema aparece com 2%. Os demais nomes testados alcançam, no máximo, 1% cada.

No cenário de segundo turno, Lula chega a 45% das intenções de voto, contra 37% de Flávio Bolsonaro. Em relação ao levantamento anterior, o petista oscilou um ponto percentual para cima, enquanto o senador recuou um ponto, fazendo a diferença entre os dois subir para oito pontos percentuais e consolidando o fim do empate técnico registrado em pesquisas anteriores do instituto.

O levantamento também mostra uma melhora na percepção do governo. Pela primeira vez desde dezembro de 2024, a aprovação do presidente voltou a superar numericamente a desaprovação: 48% aprovam a gestão, contra 47% que a desaprovam. Na avaliação do governo, houve empate entre os que classificam a administração como positiva e negativa, ambos com 36%, enquanto 26% a consideram regular.

Na pesquisa Futura / Apex, Flávio está colado em Lula



Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (Foto: Foto: Gustavo Minas/Bloomberg)

A pesquisa Futura/Apex mostra um quadro de empate técnico entre Lula e Flávio Bolsonaro em uma eventual disputa de segundo turno. O presidente aparece com 46,3%, enquanto o senador do PL registra 46,1%, diferença de apenas 0,2 ponto percentual, muito abaixo da margem de erro de 2,2 pontos.

O levantamento também testou Lula contra outros nomes da oposição. O petista tem 45,1% diante de Ronaldo Caiado, com 38,9%; marca 46% contra Romeu Zema, que aparece com 38,1%; e chega a 46,4% no cenário com Renan Santos, que soma 33,1%.

Michelle Bolsonaro apresenta o segundo desempenho mais competitivo entre os adversários avaliados. Ela registra 44,3%, ante 46,1% de Lula, configuração também classificada como empate técnico pela pesquisa. Ainda assim, a distância nominal entre os dois é maior do que no confronto com Flávio.

Os números reforçam uma diferença relevante dentro do campo oposicionista. Flávio e Michelle conseguem acompanhar Lula dentro da margem de erro, enquanto Caiado, Zema e Renan Santos aparecem em situação mais confortável para o presidente. A fotografia, por enquanto, aponta para uma disputa mais apertada quando o adversário carrega diretamente o sobrenome Bolsonaro.

TSE cogita criar selo de qualidade para institutos de pesquisa

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) colocou em consulta pública uma proposta para criar o “Selo Acurácia Eleitoral”, certificado que pretende reconhecer os institutos de pesquisa cujas estimativas apresentarem maior proximidade com os resultados oficiais das eleições de 2026. A minuta da portaria ainda poderá receber sugestões antes de sua versão definitiva e foi debatida nesta última semana em reunião entre o presidente do TSE, ministro Nunes Marques, e representantes das principais empresas do setor.

Pela proposta, o desempenho dos institutos será medido exclusivamente com base em pesquisas divulgadas ao público, levantamentos de boca de urna e estudos realizados nos sete dias que antecederem a votação. A intenção da Corte é estabelecer um parâmetro objetivo para comparar os resultados projetados com a apuração das urnas, além de estimular o aperfeiçoamento das metodologias utilizadas.

O texto também prevê que o selo sirva para dar maior visibilidade às empresas que obtiverem melhor desempenho e incentivar estudos técnicos sobre qualidade metodológica. A expectativa do TSE é que a iniciativa fortaleça a confiança nas pesquisas eleitorais, tema que ganhou espaço no debate público após divergências entre alguns levantamentos e os resultados observados nas últimas eleições.

A proposta, porém, já enfrenta críticas de parte dos institutos. O principal argumento é que pesquisas registram a intenção de voto no momento em que são realizadas, enquanto o comportamento do eleitor pode mudar nos dias finais da campanha ou até mesmo no dia da eleição. Também há questionamentos sobre os critérios de avaliação, com a defesa de que a transparência das metodologias e da coleta de dados seja um fator tão relevante quanto a proximidade entre a pesquisa e o resultado final.



TENDÊNCIA: Proposta encerrar inúmeros desafios e resistência para ser implementada.

Moraes proíbe Flávio de visitar Jair por 90 dias



Ministro Alexandre de Moraes (Foto: BBC)

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, determinou a suspensão, por 90 dias, das visitas do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que cumpre prisão domiciliar humanitária em Brasília. Na prática, a restrição impede que pai e filho se encontrem durante praticamente toda a campanha do primeiro turno das eleições, encerrando-se apenas após a votação de outubro.

A decisão foi motivada pela divulgação, nas redes sociais de Flávio, de uma carta escrita por Jair Bolsonaro em apoio à sua pré-candidatura à Presidência da República. Para Moraes, o episódio representou uma tentativa de contornar a proibição imposta ao ex-presidente de utilizar redes sociais, ainda que por intermédio de terceiros. O ministro também encaminhou o caso ao Ministério Público Eleitoral para apurar eventual propaganda eleitoral antecipada.

Na decisão, Moraes afirmou que o direito de visita foi utilizado com finalidade distinta daquela autorizada pela Justiça e destacou que o senador já havia desrespeitado restrições semelhantes anteriormente. Também determinou que a defesa de Jair Bolsonaro esclareça se o ex-presidente tinha conhecimento prévio da divulgação da carta e autorizou sua publicação.

A defesa de Flávio classificou a medida como ilegal e inconstitucional, sustentando que a proibição viola tanto o direito de convivência familiar quanto as prerrogativas do senador como advogado de Jair Bolsonaro. O episódio amplia a tensão entre a defesa do ex-presidente e o Supremo em um momento sensível da pré-campanha eleitoral, já que a restrição alcança o período mais intenso das articulações políticas antes do primeiro turno.

Senado aprova aposentadoria especial para agentes de saúde

Apesar da resistência da equipe econômica do governo, o Senado aprovou em dois turnos a PEC 14/2021, que cria regras especiais de aposentadoria para agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias. O texto reduz a idade mínima para 57 anos, no caso das mulheres, e 60 anos para os homens, desde que sejam cumpridos 25 anos de contribuição e de exercício na atividade. A proposta segue agora para promulgação.

O governo tentou adiar a votação alegando que a medida cria uma despesa permanente sem indicar fonte de financiamento. A articulação, porém, não prosperou. A PEC foi aprovada por ampla maioria, demonstrando a dificuldade do Planalto em barrar projetos de forte apelo entre categorias organizadas, mesmo diante dos alertas da área econômica. Foram 73 votos favoráveis e apenas um contrário, do senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

O impacto fiscal ainda é motivo de divergência. O Ministério da Fazenda estima um custo próximo de R\$ 30 bilhões ao longo dos próximos dez anos, enquanto consultorias legislativas e entidades ligadas aos municípios trabalham com valores inferiores. Apesar das diferenças metodológicas, há consenso de que a mudança elevará os gastos previdenciários de forma permanente.

Além dos efeitos fiscais, a aprovação tende a servir de referência para outras categorias do funcionalismo que defendem regras diferenciadas de aposentadoria. Parlamentares já admitem que novas propostas com impacto semelhante devem ganhar força nos próximos meses, ampliando a pressão sobre as contas públicas. Há ao menos outros 20 projetos que tratam de pautas semelhantes, criando pisos salariais e reajustes nas aposentadorias.



TENDÊNCIA: O calendário eleitoral deve limitar o avanço das pautas-bomba antes das eleições. No pós-pleito, a tendência é de arrefecimento dessas propostas, que ainda poderão ser contestadas no STF por falta de fonte de custeio.

Trump decide por aplicar novas tarifas ao Brasil



Presidente dos Estados Unidos Donald Trump (Foto: BBC)

O governo dos Estados Unidos confirmou a aplicação de uma tarifa adicional de 25% sobre a maior parte dos produtos importados do Brasil, encerrando a investigação comercial conduzida pelo Escritório do Representante de Comércio (USTR). A medida entra em vigor em 22 de julho e foi fundamentada em críticas às políticas brasileiras para comércio digital, sistema de pagamentos Pix, acesso ao mercado de etanol, proteção à propriedade intelectual, combate à corrupção e desmatamento ilegal.

Apesar da decisão final pela sobretaxa, Washington ampliou a lista de exceções em relação à proposta inicial. Permanecerão livres da nova tarifa produtos de grande relevância para a pauta exportadora brasileira, como carne bovina, café, suco de laranja e seus derivados, além de peças destinadas à fabricação de aeronaves. A decisão foi mantida mesmo após audiências públicas e manifestações de empresas e entidades dos dois países pedindo a revisão da medida.

O governo brasileiro contestou os fundamentos

da decisão e afirmou que as acusações relacionadas ao Pix e às demais práticas comerciais não encontram respaldo nas regras multilaterais de comércio. O Palácio do Planalto também informou que poderá recorrer aos mecanismos previstos na Lei da Reciprocidade Econômica e à Organização Mundial do Comércio, mantendo abertas as negociações diplomáticas com Washington. Estão listando reuniões e interlocuções que tiveram com o governo estadunidense para contestar a “má-fé” alegada.

A lista de exceções preservou setores relevantes, mas não esvaziou os efeitos mais sérios da decisão. Produtos industriais e outras mercadorias brasileiras passarão a enfrentar uma barreira adicional justamente no principal mercado consumidor do mundo e o segundo maior parceiro comercial do Brasil. O governo agora terá de escolher entre insistir na negociação bilateral, acionar a OMC ou responder com medidas de reciprocidade, qualquer uma delas com custo político e econômico, ainda mais em ano eleitoral.

MP do Frete é aprovada sob pressão e greve de caminhoneiros é encerrada



(Foto: Reprodução)

A crise que ameaçou paralisar o Brasil em julho de 2026 girou em torno da Medida Provisória 1.343/2026, a "MP do Frete", que expiraria em 16 de julho caso o Senado não a votasse. Diante da inércia na tramitação, os caminhoneiros autônomos iniciaram na madrugada de 13 de julho uma paralisação nos portos, com epicentro em Santos, liderados por Wallace Landim, o Chorão, presidente da Abrava. O movimento tinha como alvo Davi Alcolumbre, presidente do Senado, cuja condução da proposta era criticada pela categoria. A argumentação da classe é que, sem a garantia legal de um piso mínimo, o transportador autônomo fica exposto a fretes contratados abaixo do custo operacional, num cenário de diesel pressionado. Esse piso funciona, em tese, como um "salário mínimo do frete", pois impede que a remuneração da viagem caia abaixo do necessário para cobrir combustível, manutenção e seguros.

O núcleo da MP é o endurecimento da fiscalização, com reforço das penalidades para empresas que descumprem o piso mínimo. O mecanismo operacional central é um bloqueio digital preventivo, no qual o sistema impede a emissão do CIOT (Código Identificador da Operação de Transporte) quando o valor contratado for inferior ao piso definido pela ANTT, de modo que a viagem não começa legalmente se o frete estiver abaixo da tabela. Em caso de reincidência, a multa varia de R\$ 100 mil a R\$ 1 milhão, enquanto a ANTT passa a publicar a memória de cálculo da tabela para permitir auditoria. Para o autônomo, o ponto prático mais relevante é o adiantamento mínimo de 70% do frete antes da viagem, com quitação do saldo em poucos dias após a entrega.

O principal impasse político foi o trecho inserido pelo relator na Câmara, Zé Trovão (PL-SC), que concede anistia aos caminhoneiros condenados pelos bloqueios de estradas após as eleições de 2022. O governo rejeita a anistia por considerar seu caráter antidemocrático, e a solução encaminhada é o veto presidencial ao dispositivo, preservando apenas a regulação econômica do frete. Um segundo ponto de atrito era o piso salarial de R\$ 5.000 para moto-

ristas CLT, também acrescentado no Congresso. Alcolumbre acatou o pedido de retirada por avaliar que a fixação do piso extrapola os limites constitucionais da MP e que a definição salarial deve resultar de negociação coletiva, conforme jurisprudência do STF. A exclusão foi classificada como supressão para não obrigar o retorno do texto à Câmara.

Do ponto de vista econômico, o episódio ilustra um conflito distributivo clássico entre a categoria e o setor produtivo. A indústria e o agronegócio argumentam que a imposição estatal de um piso encarece a logística e gera insegurança jurídica nos contratos, dado que parte do custo tenderia a ser repassada ao consumidor final. A ameaça de greve, por sua vez, atua como um choque de oferta que encarece e dificulta o transporte de forma generalizada, com potencial de pressionar a inflação num momento em que o Banco Central já lida com expectativas altistas. Esse risco sistêmico forçou uma articulação de última hora diante da proximidade do recesso e do vencimento da MP. O Senado então costurou acordo com a oposição para aprovar o texto da Câmara sem mudanças que exigissem retorno aos deputados, e a pressão da paralisação funcionou como o gatilho que destravou a votação.

O paralelo inevitável é com a greve de maio de 2018, no governo Temer, quando o país ficou paralisado por cerca de dez dias, com desabastecimento de combustíveis, alimentos e insumos industriais. Aquela crise expôs a fragilidade da economia brasileira à interrupção das cadeias logísticas, pois o setor de serviços recuou, o PIB perdeu tração e o governo foi obrigado a subsidiar o diesel para encerrar o movimento, com custo fiscal relevante. A memória de 2018, marcada pelo alto poder de disrupção de uma categoria concentrada em um elo crítico da economia, explica por que a mera ameaça de paralisação em 2026 bastou para acelerar a votação. A diferença é que, desta vez, a crise foi contida antes de escalar, uma vez que o texto seguiu para sanção presidencial e a greve foi encerrada, evitando a repetição do colapso de sete anos antes.



Em destaque no Ranking

● AGENDA COM PRESIDENCIÁVEIS

O **Ranking dos Políticos**, em parceria com o Instituto Unidos Brasil (IUB), recebeu o pré-candidato à Presidência da República Romeu Zema (Novo) para um encontro com jornalistas, empresários e lideranças de associações do setor produtivo. Na ocasião, foi entregue ao convidado o livro "O Brasil pode dar certo", publicação organizada pelo Ranking que reúne propostas de reformas institucionais voltadas ao fortalecimento do ambiente de negócios, da eficiência do Estado e da democracia. [Leia mais](#)



● PROJETOS PARADOS ENTRE CÂMARA E SENADO

Levantamento do **Ranking dos Políticos** identificou 3.902 projetos que já foram aprovados por uma das Casas do Congresso Nacional, mas ainda aguardam análise da outra. O estudo aponta crescimento de 45,8% nesse estoque represado desde 2022. A Câmara dos Deputados concentra as propostas mais antigas, enquanto o Senado reúne o maior volume de textos pendentes. O estudo foi destaque no Poder360 esta semana. [Leia mais.](#)

PARLAMENTAR DA SEMANA



Senador Izalci Lucas (PL-DF)

Izalci Lucas Ferreira nasceu em 7 de abril de 1956 em Araújos (MG). Formou-se em Contabilidade pela UDF e é pós-graduado em Administração Financeira pelo UNI-CEUB. Foi Deputado Distrital, Secretário de Ciência e Tecnologia do DF e Deputado Federal por dois mandatos antes de se eleger Senador pelo Distrito Federal em 2018. No Senado, destaca-se em pautas de educação, tecnologia e inovação, tendo relatado a PEC que se tornou a Emenda Constitucional 85, além de presidir a Comissão de Desenvolvimento Regional. Izalci Lucas recebeu o Prêmio Excelência Parlamentar em 2023, 2024 e 2025 pelo Ranking dos Políticos.



**Ranking
dos políticos**

Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção.**

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

Juan Carlos

Luan Sperandio

Daniel Galvêas

Danylo Shimano

Gabriel Jubran

Victor Ribeiro

Projeto Gráfico:

Tamyres Meyer

Diagramação:

Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0001 c/c 00489493-6
apoia.se/rankingdospoliticos

www.politicos.org.br



contato@politicos.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
6º andar, Sala 18, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:

DMOC



AUDIGER
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

values
NEWS INTELLIGENCE

**PRIVATE
LOG**

HSi
INVESTIMENTOS

JUDIT